



Mário Abrantes

Os transportes e a amálgama governativa

Os interesses de quem o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada se faz público e frequente porta-voz estão fortemente representados na amálgama política da direita e da extrema-direita que governa os Açores desde finais de 2020.

Este facto, de que já se suspeitava antes, tornou-se evidente com a aprovação da resolução governativa respeitante às obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros entre ilhas, no passado dia 6 de agosto.

Na semana anterior, em 29 de julho, o dr. Mário Fortuna defendia precisamente a mesma orientação numa rádio pública, considerando “desnecessária” a garantia da cobertura de todas as ilhas pelo transporte marítimo de passageiros...

A aparente concertação de opções entre o poder económico e o poder político poderia até, sem contudo deixar de ser perversa, não ser prejudicial aos interesses mais gerais da sociedade e do desenvolvimento regional. Mas, se fosse esse o caso, a verdade é que ela se tornaria praticamente desnecessária.

E isso mesmo mais uma vez se comprovou com esta resolução governativa, a qual de imediato teve de enfrentar reações negativas em cadeia e disparadas de todos os quadrantes políticos, sociais, económicos e insulares.

E isso mesmo mais uma vez se comprovou, ao verificar-se que a maioria dos mais interessados na definição da política de transportes marítimos de passageiros: autarquias, outras câmaras de comércio (tal como já acontecera com os transportes marítimos de carga), conselhos de ilha, etc. simplesmente foram ignorados e inibidos de dar qualquer contributo para aquela resolução.

E isso mesmo mais uma vez se comprovou ao ferir-se a coesão regional, deixando direta ou indiretamente prejudicadas nas ligações marítimas de passageiros, as ilhas de Santa Maria, Flores, S. Miguel e Corvo, ou diminuindo o número das ligações dentro das ilhas do grupo central.

Face à catadupa de críticas, o sr. Secretário Regional dos Transportes apressou-se a dar uma cambalhota verbal e a prognosticar a cobertura de todas as ilhas a custos reduzidos e utilizando barcos próprios... nm futuro incerto!

Certo é que nos próximos 2 ou 3 anos, a amálgama que nos governa e o presidente da CCIPDL entenderam ambos que as passagens aéreas a 60 euros justificavam o desinvestimento substancial nas ligações marítimas de passageiros. Qualquer coisa tão absurda como seria acabar com os transportes rodoviários

de passageiros, em consequência da introdução do metro no Porto...

Com a diminuição do preço das passagens aéreas inter-ilhas, uma medida eleitoralista para o PSD (mas há muito defendida por outros à esquerda do PS) que a amálgama governativa foi obrigada a aplicar ao deparar-se de surpresa com o poder nas mãos, o que se passou foi que aumentou substancialmente o número de cidadãos residentes a deslocarem-se entre ilhas e, por arrasto, se assistiu a uma muito significativa dinamização económica do mercado interno. Uma importantíssima mais-valia para acrescentar à economia, à coesão regional e à anterior mobilidade dos açorianos, onde o transporte marítimo se incluía, e nunca para substituir este transporte (sobrelotando a SATA-Air Açores), conforme as pretensões mais economicistas da amálgama governativa e da CCIPDL.

Certo, certo, é que mais uma vez se comprova que o domínio do poder económico sobre o poder político nunca deu bons resultados para o bom funcionamento dos regimes democráticos e para o desenvolvimento e o bem-estar das populações...



Teresa Nóbrega*

A Jóia da Coroa

Recentemente um grupo de arquitectos promoveu e publicou nas redes sociais um Manifesto, que passou despercebido na opinião pública, tendo por título “Reinventar a Estratégia Urbana de Ponta Delgada” subscrito por dezenas de cidadãos, a maioria arquitectos mas também académicos e gente ligada à cultura e à cidadania activa.

Num documento muito bem elaborado justificam esta iniciativa “em reacção a estratégias, modelos, decisões e intervenções urbanas cujos resultados ao longo dos últimos anos confirmam como frequentemente desactualizadas, insuficientes, incongruentes, contraproducentes, quando simplesmente inexistentes face às exigências da cidade contemporânea e das necessidades próprias de Ponta Delgada”.

O manifesto põe a nu e denuncia “a ausência de uma visão estratégica global de desenho e planeamento urbano a médio/longo prazo”.

Feito o diagnóstico o Manifesto defende para a cidade de Ponta Delgada uma mudança de paradigma que passa pela elaboração de um plano urbano com uma visão de desenvolvimento global da cidade e pelo lançamento de concursos de ideias em projectos de acrescida importância social, cultural, histórica, ambiental e económica.

Esta iniciativa surge como uma sacudidela da sociedade civil a meio de uma pré-campanha eleitoral morna, sensaborona, sem ideias nem espírito inovador e com alguns candidatos a repetir o mesmo discurso de campanhas passadas, mas desta vez com forte pendor rural.

O que não deixa de ser estranha num concelho que na antiga classificação nacional de municípios era o único dos Açores classificado como concelho urbano.

Ponta Delgada é muito mais do que um conjunto de 24 freguesias, refrão infeliz, incomum e mais do que gasto. Ponta Delgada é um concelho que tem sede e ostenta o nome de uma orgulhosa cidade capital, principal porta de entrada dos Açores, estendendo-se o concelho por uma vasta área rural com paisagens de sonho e o colorido das suas freguesias.

Cidade e freguesias querem trilhar os caminhos do futuro, do desenvolvimento, do progresso e da modernidade, salvaguardando e destacando a sua identidade histórico-cultural.

Este o desafio para aqueles que agora se candidatam pela “jóia da coroa”.

*Jornalista

A autora escreve segundo a anterior ortografia